2. A acomodação das relações raciais em posições de classe

Emerson Ferreira Rocha

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ROCHA, E.F. A acomodação das relações raciais em posições de classe. In: *O negro no mundo dos ricos: um estudo sobre a disparidade racial de riqueza com os dados do Censo 2010* [online]. Brasília: Editora UnB, 2019, pp. 35-70. Pesquisa, inovação & ousadia series. ISBN: 978-65-5846-052-7. <https://doi.org/10.7476/9786558460527.0004>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

2

A acomodação das relações raciais em posições de classe

É duradoura e, muitas vezes, acirrada a controvérsia sobre os pesos relativos da classe social e da raça sobre as chances de vida das pessoas no Brasil. Curiosamente, o leitor que vasculhar com cuidado as pesquisas quantitativas mais recentes sobre o tema, sem intenção muito arraigada de buscar subsídios em um dos polos da controvérsia, encontrará poucas razões para que ela exista, pelo menos da forma como se apresenta. Sobre a desigualdade racial de renda, por exemplo, fazendo abstração de discrepâncias menores entre coeficientes estimados, essa literatura converge para uma conclusão substantiva que pode ser sintetizada em dois períodos. De modo geral, o ponto de partida socioeconômico e a escolaridade formal explicam a maior parte da desigualdade de renda observada entre negros e brancos. Não obstante, a condição racial tem um efeito próprio que estabelece graves iniquidades entre negros e brancos equiparáveis em termos daqueles fatores. Além disso, a intensidade dos efeitos da discriminação racial varia de acordo com a posição socioeconômica. O que torna complicado o debate é, mais uma vez, sua relação com o imbricado imaginário sobre relações raciais no Brasil.

Muito amiúde, discutir classe e raça constitui uma forma de debater a natureza mesma das relações raciais no país. Tema espinhoso, pois se situa na mediação entre a análise sociológica e as narrativas mais abrangentes sobre a especificidade

do Brasil enquanto civilização. A primeira seção deste capítulo encerra um esforço para desatar alguns nós gerados por essa sobreposição de narrativas. A segunda retoma algumas das principais conclusões dos estudos empíricos sobre relações raciais no Brasil, identificando um processo cumulativo de conhecimento. Quer dizer: preocupa-se mais com o desenvolvimento interno dos estudos sobre o tema. A terceira seção aborda o objeto mais específico deste livro, o estudo da condição dos negros em posições socioeconômicas mais privilegiadas.

2.1 Um mito de origem: a ideia de “racismo brasileiro”

Luiz Aguiar Costa Pinto, que, com a morte de Arthur Ramos, passou a coordenar o famoso projeto de pesquisa sobre relações raciais no Brasil apoiado principalmente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), afirmou que a comparação com os Estados Unidos, principal recurso heurístico dos grandes intérpretes sobre o tema, contribuiu mais para confusões do que para esclarecimentos (COSTA PINTO, 1953). Sem embargo, o campo de estudos sobre relações raciais no Brasil se constitui sob a égide dessa comparação. Num primeiro momento, ele desponta pela emancipação da análise cultural em relação às teorias do racismo científico institucionalizadas no Brasil ao longo do século XIX (SCHWARTZ, 1993) e persistentes durante a primeira metade do século XX (DELUCA, 1999). Pode-se localizar o início dessa passagem no trabalho de Nina Rodrigues (1932), que, diante da pouca confiabilidade das informações sobre proveniências étnicas dos negros brasileiros com base em registros documentais – dado o fluxo interno de escravos do território africano, registros de portos de origem não poderiam ser considerados bons indicadores de proveniência étnica –, procurou identificar essas proveniências pelo estudo comparativo de práticas religiosas no Brasil com as descrições oferecidas por trabalhos de campo realizados na África. Nesse momento, tematizava-se a questão racial no Brasil primeiramente sob a perspectiva dos estudos culturais, enquanto

“la mayor parte de la bibliografía del negro em los Estados Unidos [era] más bien de índole sociológica que antropológica” (RAMOS, 1944, p. 78).

Foi exatamente por meio do contato com a agenda de pesquisa norte-americana que se desenvolveram no Brasil os estudos sobre a questão racial do ponto de vista da estratificação social, agenda de pesquisa à qual o termo “relações raciais” geralmente se refere. Não é, portanto, “por nada” que muitas polêmicas existentes na discussão sobre relações raciais no Brasil podem ser entendidas enquanto satélites gravitando em torno da comparação, explícita ou implícita, entre Brasil e Estados Unidos. Foi essa comparação que colocou no centro do debate a questão, extremamente abstrata, sobre a natureza das relações raciais no Brasil.

Não que tenha existido uma simples imposição imperialista de conceitos cunhados no caso norte-americano. Ao que tudo indica, os intelectuais brasileiros exerceram um papel extremamente ativo, desde o começo, na elaboração dos termos dessa comparação. O fato de que fizeram isso num contexto em que colaborar com intelectuais norte-americanos era algo estratégico para conseguir recursos e projetar um campo de pesquisas sociais no Brasil configura, por si só, uma assimetria de poder. No entanto, o modo como as coisas parecem ter acontecido não aponta para o simples recebimento de categorias, mas sim para o esforço ativo de pesquisadores brasileiros para investir na especificidade nacional das relações raciais enquanto ideia-força da pesquisa brasileira sobre o tema. Esses pesquisadores fizeram isso porque essa ideia era estratégica. Financiamentos de pesquisa eram motivados pela curiosidade “gringa” a respeito de uma modalidade tão especial de relação entre grupos raciais distintos no contexto de uma mesma ordem nacional. Tais pesquisadores fizeram isso, também, porque essa mesma ideia era plausível. Afinal de contas, existiam contrastes muito marcantes entre o contexto brasileiro e o estadunidense com relação ao sistema de segregação racial instituído no sul dos Estados Unidos após a Guerra Civil, com as manifestações violentas de um conjunto de valores raciais nitidamente puristas. Tudo aquilo era muito diferente do racismo eugênico que havia vingado no Brasil durante o período recém-pós-escravista.

As palavras de Robert Park, certamente baseadas na pesquisa realizada na Bahia por seu estudante Peirson durante a década de 1930, expressam bem o sentido geral das conclusões dos primeiros esforços comparativos:

Assim, pode-se dizer, sem que se traia o sentido em que o termo é comumente empregado, que há sim raças no Brasil – que existem, por exemplo, europeus e africanos – mas que não há relações raciais já que praticamente não existe consciência racial. Fala-se em relações raciais quando existe um problema racial e não existe problema racial no Brasil ou, se ele existe, é muito pequeno e não tem claramente a ver com as populações de origem africana e europeia (PARK, 2000, p. 105, tradução nossa).¹

Esse tipo de interpretação se lastreia no esquema teórico de relações raciais baseado no conceito de castas. Esse esquema é explicitado no trabalho *A comparative study of American caste*, da década de 1930, onde os autores propõem a díade conceitual casta e classe para descrever a relação entre questão racial e estratificação socioeconômica nos Estados Unidos (WARNER; DAVIS, 1939). O esquema é simples. Primeiro, a segregação sistemática faria de negros e brancos duas castas distintas. Segundo, haveria uma diferenciação de classes dentro de cada uma dessas castas, sendo que essa diferenciação no interior da casta negra é menor e enviesada para as posições de baixo *status* social, como consequência de sua posição subordinada.

Esse esquema tornou-se corrente e está presente, por exemplo, no abrangente livro *An American dilemma* (MYRDAL, 1944), onde o autor denuncia a incongruência normativa entre o sistema de castas raciais e a ordem democrática nos

¹ “Thus, one may say, without doing injustice to the sense in which the term is ordinarily used, that there are, to be sure, races in Brazil – there are, for example, Europeans and Africans – but not race relations because there is in that country no race consciousness, or almost none. One speaks of race relations when there is a race problem, and there is no race problem in Brazil, or if there is, it is very little if at all concerned with the peoples of African and European origin.”

Estados Unidos. O que as gerações de estudos posteriores sobre relações raciais no Brasil tentaram mostrar foi, em grande medida, que esse esquema conceitual seria insuficiente para analisar o problema nessa região dos trópicos. Partindo desse esquema, a única conclusão possível seria a da inexistência de castas raciais no Brasil e, por conseguinte, da inexistência de um problema racial. Esse impasse conceitual é responsável pela ambiguidade de alguns trabalhos de meados do século XX. Ele explica, por exemplo, como o organizador do clássico *Classe e raça no Brasil rural* (WAGLEY, 1952) pôde afirmar na introdução do livro, utilizando o termo democracia racial, que não existem problemas relevantes relacionados à discriminação racial no Brasil, enquanto um dos estudos que compõem o livro afirma:

Existem vários elementos definidores das classes – riqueza, educação e família. A raça também é importante. Pessoas dizem que a riqueza é mais importante, em segundo lugar a educação e, em terceiro, a raça. Assim, a raça constitui um dentre um conjunto mais amplo de elementos ordenando as pessoas numa hierarquia social, e não um fator que divide a sociedade em dois grupos distintos (HUTCHINSON, 1952, p. 16, tradução nossa).²

O trabalho de campo aponta para formulação mais sofisticada e atual do problema, segundo a qual a raça constitui um dos fatores de um complexo multicausal que afeta as chances de vida das pessoas. Por outro lado, o peso do quadro conceitual comparativo impede que o organizador compreenda a extensão dos resultados empíricos. A experiência norte-americana no início do século XX constitui o caso paradigmático de problema racial. Esse caso concreto é transposto ao plano abstrato conceitual pela disjuntiva entre classes econômicas e castas raciais. A disjuntiva

² “There are many elements which go toward defining the classes – wealth, education and family. Race is also important. People say that wealth is the most important, education the second, and race the third in importance. Thus, race is but one of a number of elements ranking people in a social scale, rather than a separating factor which divide them into distinct groups.”

conceitual assume, e aqui está o *quid pro quo*, o estatuto geral de parâmetro para a identificação de problemas raciais. Por conseguinte, os casos concretos aos quais a disjuntiva não se aplica, em que não existe a formação de castas definidas, não podem ser classificados como problemáticas do ponto de vista das relações raciais. Observa-se que o problema existe e que a distinção entre tipos raciais pesa sobre uma estrutura complexa de distinção e atribuição de *status*, mas o esquema conceitual não pode designá-lo. E, se o problema não tem nome, é como se não existisse.

Não é por acaso que trabalhos interpretativos subsequentes procurarão justamente dar nome ao “racismo à brasileira”. O esforço é o de fazê-lo existir no campo conceitual, para o que é necessário inovar em relação ao esquema então disponível. Antes de chegar a isso, contudo, é interessante notar que, mesmo em se tratando dos Estados Unidos, há o risco de se perder de vista importantes peculiaridades das relações raciais caso o esquema classes econômicas e castas raciais seja aplicado de maneira demasiado ortodoxa. A quarta edição de *The negro handbook* (1942, p. 69) aplica esse esquema com flexibilidade, revelando dinâmicas interessantes e estranhas ao imaginário acadêmico que construímos acerca das relações raciais nos Estados Unidos.

Diz-se que, antes da legislação Jim Crow, havia uma tendência por parte das pessoas brancas de tratar pessoas negras de modo diferente, a depender de sua educação de classe. Essa tendência foi interrompida pelas leis aplicadas a todos os negros. Desse modo, a legislação cristalizou a linha de casta e minimizou a importância das diferenças de classe no interior do grupo dos negros. Esse foi provavelmente o fator mais crucial para a formação do presente sistema de casta, uma vez que a diferenciação por classes entre os negros continuou e, na verdade, ganhou *momentum*. Como mostraremos, existe, em décadas recentes, uma tendência para a aplicação das regras de segregação com alguma discricção sobre negros com *status* diferenciado de classe. Se tendência similar existia antes das leis Jim Crow, então essas leis adiaram esse processo social específico em uma ou duas gerações. (Tradução nossa).³

³ “Before the Jim Crow legislation there is also said to have been a tendency on the part of white people to treat Negroes somewhat differently depending upon their class education. This tendency was broken

A diferenciação, entre os negros, por classes sociais não é estranha ao emprego convencional do esquema de castas e classes, mas a modulação da discriminação racial pela posição de classe, sim. Convencionalmente, pensa-se em uma linha de castas com subdivisões internas de classe, mas não na interação entre esses dois fatores de estratificação. O que esse trecho traz é uma apreensão mais complexa das dinâmicas de discriminação e de atribuição de *status*. Em vez de simplesmente aplicar uma tipologia para definir as relações raciais no contexto norte-americano, a análise percebe tendências distintas atuando simultaneamente e interagindo entre si. De um lado, os dispositivos que reforçam e recrudescem as fronteiras entre castas, do outro, o *status* socioeconômico gerando relações de reconhecimento que atravessam a barreira racial.

Há ainda mais. É sabido que a constituição de castas nos Estados Unidos teve a ver com a separação absoluta em termos de ascendência racial, popularizando a alcunha “regra da uma gota de sangue”. Sem embargo, nos Estados Unidos a ideia de pureza racial teve grande adesão e concertou práticas tanto difusas quanto institucionalizadas. Algo muito diferente do que ocorreu no Brasil, onde, no mesmo início do século XX, consolidou-se a ideia de eugenia por meio da miscigenação seletiva. Mas, a discriminação por tonalidades, para a qual o mestiço, quando claro, é bem-vindo ou pelo menos melhor recebido e tratado, constitui traço especialíssimo do preconceito racial dos trópicos? O autor do clássico de 1852, *Uncle Tom’s cabin*, narra:

O itinerante no Sul deve ter muitas vezes notado aquela refinada atmosfera de refinamento, aquela delicadeza da voz e das maneiras, que parece constituir, em tantos casos, um dom particular da morena

by the laws which applied to all Negroes. The legislation thus solidified the caste line and minimized the importance of class differences in the Negro group. This particular effect was probably the more crucial in the formation of the present caste system, since class differentiation within the Negro group continued and, in fact, gained momentum. As we shall find, a tendency is discernible again, in recent decades, to apply the segregation rules with some discretion to Negroes of different class status. If a similar trend was well under way before Jim Crow laws, those laws must have postponed this particular social process for one or two generations.” (The Negro Handbook, 1942, p. 69).

clara e da mulata. Essas graças naturais à morena são geralmente acompanhadas da mais estonteante beleza e, quase sempre, de uma apresentação pessoal atrativa e agradável. (STOWE, 2009, p. 381, tradução nossa).⁴

A distinção do mestiço em termos estéticos, a associação dessa distinção estética com diferenças em atributos pessoais e de valoração social, assim como a distinção de certas gradações de negritude, não se encontram apenas na narrativa literária. Na verdade, a existência, nos Estados Unidos, de melhores condições socioeconômicas para negros com tonalidade de pele mais clara é documentada por trabalhos acadêmicos desde a primeira metade do século XX (KEITH; HERRING, 1991; RANSFORD, 1970; MYRDAL, 1944). Em *The Mullato in the United States*, Reuter (1969) apresenta uma pesquisa sobre a condição socioeconômica dos negros norte-americanos desde o período colonial e mostra como os mestiços ocuparam com maior frequência as posições relativamente melhores, tanto no âmbito do trabalho escravo quanto nas brechas abertas aos negros no mundo do trabalho livre. Entre os escravos de ofício, os escravos urbanos e os escravos domésticos (que viviam em melhores condições, longe do eito e dentro da casa senhorial), assim como entre os negros livres, os mulatos sempre foram desproporcionalmente representados. Segundo o primeiro censo norte-americano a distinguir oficialmente “mulatos”, o de 1850, eles perfaziam 11% da população negra. No entanto, compunham 8% da população escrava e quase 40% da população negra livre. O mesmo autor observa ainda:

Mas a principal razão para que o mulato [aparte, por exemplo, a crença na superioridade de suas habilidades intelectuais] fosse escolhido preferencialmente ao negro para qualquer atividade que

⁴ “The traveller in the south must often have remarked that peculiar air of refinement, that softness of voice and manner, which seems in many cases to be a particular gift to the quadroon and mulatto woman. These natural graces in the quadroon are often united with beauty of the must dazzlin kind, and in almost every case with a personal appearance prepossessing and agreeable.”

o colocasse em associação com o senhor foi o fato de ser ele um animal mais bonito. Ele tinha uma aparência melhor. (REUTER, 1969, p. 177, tradução nossa).⁵

A relevância do fenótipo também é atestada mais tarde pelo autor de *Black bourgeoisie*. Frazier (1957) observa que parte considerável dos anúncios vendidos pela imprensa negra era referente a produtos cosméticos cujo efeito era suprimir ou modificar características tipicamente negroides. Em outro trabalho, o mesmo autor chama atenção para a relevância do racismo de base fenotípica para as dinâmicas matrimoniais:

Um homem que, pelo sucesso nos negócios ou em sua carreira profissional tenha adquirido segurança econômica, tende a esposar uma filha de tez clara de uma dessas tradicionais famílias mestiças com o objetivo de consolidar seu *status* social. Eis como um professor universitário negro, que havia ascendido do proletariado, destacou, referindo-se a sua esposa loira, oriunda de uma família tradicional: “Veja minha esposa. Eu me casei com ela para que não houvesse dúvida a respeito do *status* da minha família. Ela em a cor de pele certa e, além disso, vem de uma família tradicional.” (FRAZIER, 1951, p. 321, tradução nossa).⁶

Tudo isso torna claro ao que Pierson (1942) se referia quando notava, em uma das passagens em que modera o tom peremptório de suas conclusões sobre a

⁵ “But the most important reason that the mulatto [aside, for example, the belief in his superior intellectual abilities] was chosen in preference to the Negro for any employment that brought him into association with the master family was the fact that he was a better-looking animal. He made a better appearance.”

⁶ “A man who through success in business or in his profession has a secure economic position may marry a fair daughter of one of these old mulatto families in order to consolidate his social status. As a black college professor who had risen from black proletariat remarked concerning his blond wife who came from an old family: ‘You see my wife. I married her so that there would be no question about the status of my family. She has the right color and, more than that, comes from an old family’.”

inexistência de problemas raciais no Brasil, que, não havendo aqui o mesmo padrão de discriminação existente entre negros e brancos nos Estados Unidos, haveria um tipo de discriminação comum ao interior da casta negra norte-americana. Contudo, o que Pierson equivocadamente deixa de notar é que a hierarquia entre diferentes níveis de negritude era eficaz enquanto critério de distinção no interior da casta negra apenas porque se configurava como critério de distinção para a sociedade como um todo. Ainda que, durante certo período, um sistema institucional de segregação prevenisse quase que absolutamente a aproximação entre negros e brancos, quer no mercado de trabalho quer no mundo da vida, o fato de ter sido o mestiço, tanto no passado quanto no presente, um tipo humano mais valorizado e admitido nos níveis possíveis de intercurso social com os brancos constituiu o fator determinante para a sua ascensão a condições sociais melhores que as da população negra em geral. Em outras palavras, a discriminação racial com base fenotípica não é exclusividade brasileira, tendo estado presente também, desde muito tempo, nos Estados Unidos.

Estudos quantitativos mais recentes convergem para essa mesma conclusão. Utilizando uma classificação racial com cinco categorias de negros (do muito escuro ao muito claro), Keith e Herring (1991, p. 772) mostram que essas gradações raciais se associam a diferenças em níveis de escolaridade, de *status* ocupacional e de rendimentos. Além disso, a discriminação racial com base em diferenças num *continuum* fenotípico também motivou, nos Estados Unidos, um grande volume de pesquisas nas áreas da psicologia social e cognitiva que investigam implicações desse tipo de hierarquia racial sobre a construção da autoestima (MADDOX, 2004).

Torna-se forçoso admitir que a ideia de que esse tipo de discriminação racial, com base no fenótipo, encerra uma exclusividade brasileira constitui, na verdade, uma espécie de mito fundador do campo de estudos sobre relações raciais no Brasil. No esforço de se livrarem das restrições do esquema conceitual de classes e castas para melhor abordarem a natureza das relações raciais no Brasil, nossos pesquisadores continuaram a assumir esse esquema formal como substância, confundindo-o com o próprio caso concreto da discriminação racial nos Estados Unidos. Em contraste,

encontram na discriminação sem castas, baseada no fenótipo, um esquema que, por sua vez, acabou por se confundir com o próprio caso concreto da discriminação racial no Brasil. Ganha formas acabadas uma espécie de tese da especificidade nacional do racismo, em formulações como a disjuntiva entre “preconceito de origem” (o norte-americano) e “preconceito de marca” (o brasileiro) (NOGUEIRA, 1950) ou a ideia do “mulato enquanto válvula de escape” (DEGLER, 1971). Mais recentemente, uma das questões utilizadas pelos organizadores de uma ampla pesquisa sobre relações raciais no Brasil para motivar sua equipe foi: “O racismo brasileiro é mais ou menos violento do que outros?” (MAGGIE; REZENDE, 2002, p. 15).

2.2 As quatro abordagens sobre relações raciais no Brasil

Uma forma usual de organizar a tradição de estudos sobre relações raciais no Brasil é identificar ondas ou gerações nessa produção (GUIMARÃES, 2004; OSÓRIO, 2008). Assim, Osório (2008), por exemplo, distingue três ondas teóricas. Na primeira, cujo maior expoente é Donald Pierson, prevalece a ideia de que a discriminação racial é, no Brasil, um fenômeno pouco relevante. De acordo com essa onda teórica, o único critério de estratificação relevante na sociedade brasileira seria a classe social. As desigualdades raciais observadas seriam apenas fruto da sobreposição entre raça e classe. A segunda onda ganha força a partir da década de 1950 e sua característica principal é a identificação da discriminação racial como fenômeno relevante no Brasil, opondo-se, assim, em suas principais conclusões, à geração anterior. A terceira onda emerge a partir da década de 1970 e sua marca é o rigor metodológico na aplicação de técnicas de mensuração para identificar os efeitos da raça tanto no mercado de trabalho quanto no sistema educacional.

Outra forma de traçar um panorama sobre essa literatura é observar um avanço cumulativo nas questões centrais que nortearam as pesquisas. É possível identificar quatro dessas questões, e cada uma motivou abordagens teóricas e metodológicas diferentes. Primeiramente, houve a abordagem descritiva. Depois, acumulando

os ganhos dessa última, uma abordagem tipológica. Em terceiro lugar, surge a abordagem quantitativa, que, partindo do conhecimento acumulado pelas abordagens precedentes, procura confrontar suas principais proposições com testes formais de hipóteses. Em último lugar, intimamente ligada à abordagem anterior, desenvolve-se a abordagem estrutural. Esta última também se apoia em técnicas quantitativas, diferindo por se preocupar não apenas com a mensuração dos efeitos da discriminação racial sobre as chances de vida das pessoas, como também com a identificação de padrões de interação entre a condição racial e a posição das pessoas na estrutura de classes sociais.

A primeira pergunta que orientou os estudos sobre relações raciais no Brasil foi: “Existe discriminação?”. Essa pergunta motivou uma abordagem descritiva, cujo principal objetivo era retratar o modo como a raça afetava ou não afetava significativamente as interações sociais e as atribuições de *status* no Brasil. Falamos desses trabalhos na seção anterior. Eles constituem os estudos pioneiros do campo de pesquisa no Brasil. Como já visto, sob o peso da comparação esquemática com os Estados Unidos, as respostas iniciais são negativas, de que a discriminação racial no Brasil não existe ou, se existe, não é relevante. Contudo, o avanço dos trabalhos de campo foi caminhando no sentido de uma resposta positiva. Na coletânea de artigos *Race and class in rural Brazil* (WAGLEY, 1952), pesquisadores notam uma resistência generalizada, uma reação social com relação à ascensão de classe por parte de negros, que seria tão mais saliente quanto mais elevadas as posições sociais em questão. Por sua vez, na década de 1940, Virgínia Bicudo, estudando relatos de pessoas negras de diversas classes sociais, afirmava existir no Brasil “um preconceito de cor distinto do preconceito de raça e de classe” (BICUDO, 2010, p. 122).

À medida que as pesquisas descritivas chegavam a relativo consenso sobre a existência de discriminação racial, uma nova pergunta passou a orientar os estudos: “Qual discriminação existe no Brasil?”. Tratava-se agora de qualificar as atitudes e as práticas discriminatórias típicas do país. Esse é o momento em que se consolida a tese da especificidade nacional do racismo, como visto na seção anterior. Enquadram-se

nela orientações metodológicas diferentes, como a pesquisa histórico-processual de Nogueira (1950) e Degler (1971) e o culturalismo de Da Matta (1974). O que reúne pesquisas tão diversas é que, sob o enorme peso da comparação com os Estados Unidos, todas buscam uma tipologia para explicar a discriminação racial, no quadro da qual um tipo específico corresponderia ao caso brasileiro.

O problema com essa abordagem é que fenômenos como a existência de diferenciações de *status* com base no fenótipo ou a interação dinâmica entre condição racial e posições de classe na conformação de *status* tendem a ser abstraídos na formação de uma espécie de tipo ideal-concreto, que responderia por tudo o que há de especial no Brasil no que diz respeito às relações raciais. Isso gera dificuldades desnecessárias para a análise e a interpretação das próprias especificidades da discriminação racial no contexto brasileiro. Faz, por exemplo, parecer inadequado trabalhar com uma operacionalização binária dos grupos raciais. A separação entre negros e brancos seria estranha ao país cujo tipo de discriminação racial se baseia num *continuum* ou numa proliferação de fisionomias raciais intermediárias. Isso quando a pesquisa mostra que as classificações raciais operam em um jogo complexo e irreduzível a tais tipologias, em que, para algumas dimensões das relações sociais, a distinção entre negros e brancos se acentua enquanto, para outras dimensões, evidenciam-se fronteiras raciais mais matizadas (TELLES, 2003).

A abordagem quantitativa, que ganha lugar a partir da década de 1970, contará com o pano de fundo dessas discussões, mas fará uma inflexão considerável no debate. Àquela altura, a literatura oferecia aos pesquisadores dois produtos consolidados. Primeiro, a confirmação de que a discriminação racial é um fenômeno relevante para a determinação das chances de vida no Brasil. Segundo, um patrimônio de hipóteses e de especulações sobre os mecanismos pelos quais essa discriminação opera. O que esses pesquisadores fizeram foi lançar o debate ao nível dos testes formais de hipótese a partir da pergunta: “O quanto de discriminação racial existe?”.

Essa abordagem já aparece em Nogueira (1950), com um desenho de pesquisa próximo a um experimento natural, visando quantificar os efeitos da discriminação

racial, e também em Costa Pinto (1953), pela utilização, com o mesmo intuito, de dados censitários. Mas é com os trabalhos de Hasenbalg (1979) e de Valle Silva (1988) que ela se consolida. Contando com a maior sistematicidade dos levantamentos do IBGE a partir da década de 1970, os autores empregam modelos estatísticos multicausais para estimar os efeitos da discriminação racial sobre indicadores de escolaridade e de posição socioeconômica. O caráter analítico desses modelos permitiu também um avanço nas discussões sobre os mecanismos da discriminação racial ao possibilitar a diferenciação das correlações entre raça e variáveis dependentes distintas.

Pode-se dizer que o trabalho desses pesquisadores reatualizou o diálogo com a produção norte-americana. Naquele país, consolidava-se uma agenda de pesquisa sobre estratificação, mobilidade social e discriminação, que procurava diferenciar os efeitos da origem social sobre as chances de vida dos efeitos de outros fatores, como a condição de minoria (DUNCAN e DUNCAN, 1968), a de gênero (R. OAXACA, 1973) e a de raça (DUNCAN, 1968). Esses estudos tiravam um pouco de foco o tema da formação de castas raciais e começavam a se orientar por modelos multicausais em que a raça constituía um fator de estratificação, dentre outros. Esses estudos respondiam à conjuntura da década de 1960, quando não apenas a segregação legal foi desarticulada, como houve um impulso, pelas diferentes formas de ação afirmativa, à mobilidade ascendente para pessoas negras. Com isso, a pesquisa norte-americana passou a enfrentar um dilema muito familiar aos brasileiros: “É a origem social ou a discriminação racial o principal determinante das desvantagens sociais dos negros?”. O debate entre Wilson (1978) e Willie (1978) sintetiza a discussão.

Em *The declining significance of race*, Wilson argumenta que, com a abertura dos direitos civis e com os incentivos governamentais à contratação de negros, houve um aumento observável na proporção de negros completando cursos superiores, principalmente os de prestígio, assim como na proporção de negros ocupando cargos com alta remuneração, tanto na administração pública quanto no mundo corporativo. O autor argumenta que, entre os jovens negros altamente

escolarizados, as chances de obter bons empregos tornavam-se equiparáveis às chances experimentadas por jovens brancos com o mesmo nível de formação. O autor conclui que boa parte das desigualdades de oportunidade entre negros e brancos seria em razão de efeitos da opressão racial exercida no passado, não no presente.

Do outro lado, Willie (1978) se opõe a esse diagnóstico, apresentando dados sobre a persistência de disparidades raciais em indicadores socioeconômicos. Em outro trabalho, Thomas e Hughes (1986) mostram a persistência dos impactos da raça sobre indicadores de bem-estar e de saúde, independentemente da posição de classe. Esses autores argumentam que, mesmo havendo uma relativa queda na correlação parcial entre a condição racial e indicadores socioeconômicos, não se poderia tomar essa queda por si só como evidência de um declínio na importância da raça de maneira geral. A discriminação racial, além de ter ainda impacto sobre a posição socioeconômica, parecia afetar a habilidade para converter posição socioeconômica em condições de bem-estar. Ainda em outro estudo, Thomas (1993) mostra que, entre as décadas de 1960 e 1980, houve, sim, uma queda nos efeitos da raça sobre os rendimentos, mas que essa queda foi relativamente discreta e insuficiente para afirmar que a raça tivesse deixado de ser relevante na determinação das chances de vida nos Estados Unidos.

A quarta abordagem, a estrutural, constitui um desdobramento da abordagem quantitativa. O que a distingue é a preocupação não apenas de mensurar os efeitos da discriminação racial sobre indicadores socioeconômicos, como também de identificar padrões na interação entre a discriminação racial e as posições na estrutura de classes. Essas preocupações já aparecem nos trabalhos de Nogueira (1950) e de Costa Pinto (1953), quando sugerem que, com o avanço da ordem competitiva, o papel das distinções raciais tenderia a se intensificar. Aparecem também, e muito destacadamente, no trabalho de Florestan Fernandes (1972), quando o autor discute a interação estrutural entre as relações raciais e a composição do mercado de trabalho livre e competitivo, a modernização do arcaico e a arcaização do moderno, em suas palavras, observando a atuação especial das barreiras raciais em relação

aos negros em situação de classe ascendente. Por sua vez, o trabalho de Marvin Harris na coletânea organizada por Wagley (1952) indicava que a dinamização da economia, num primeiro momento, tendia a acentuar, e não mitigar, o peso do critério racial na competição por recompensas socioeconômicas.

São, contudo, os estudos quantitativos mais recentes que consolidam a abordagem estrutural. Esses estudos utilizam estratégias de análise que, além de multicausais, permitem diferenciar os efeitos da discriminação racial em diferentes níveis da estratificação social. O rótulo de abordagem estrutural não é utilizado por esses pesquisadores. Ainda assim, esses estudos, em comum, investigam não apenas os efeitos parciais da discriminação racial, como sua modulação pela estrutura socioeconômica. Um resultado convergente entre esses trabalhos é a constatação de que os efeitos da discriminação racial são, de maneira geral, mais acentuados em posições sociais mais altas, quer se tratando das chances de concluir níveis superiores de ensino, quer se tratando das chances de acesso a posições de classe de maior *status*, ou ainda, quer se tratando da desigualdade de renda entre negros e brancos no interior de uma de classe social mais afluyente (SOARES, 2000; BIDERMAN; GUIMARÃES, 2004; RIBEIRO, 2006; FERREIRA, 2001, HASENBALG; SILVA, 1998; SANTOS, 2005b; NUNES; VILASBOAS, 2016).

Esse padrão chama atenção para um princípio de articulação entre classe social e raça que será designado aqui como “princípio de acomodação das relações raciais em posições de classe”. A ideia de acomodação é empregada em oposição à ideia de sobreposição. É bastante claro que classe e raça se sobrepõem. As classes mais baixas são majoritariamente negras e as mais altas, compostas por maioria branca. A sobreposição entre raça e classe é um estado de coisas, identificável pelo estudo descritivo da distribuição dos grupos raciais por faixas de *status* socioeconômico.

A acomodação, por seu turno, refere-se a um padrão de interação entre raça e classe identificável apenas por meio de modelos explicativos de análise. Ela diz respeito ao porquê de as barreiras da discriminação racial se acentuarem em se tratando da competição pelas posições sociais mais bem aquinhoadas. Ela chama

atenção para o fato de que o que ocorre não é apenas uma naturalização de que pessoas negras ocupam tipicamente posições desfavorecidas. Esse estado de coisas parece contar também com uma força normativa. No nível agregado, a discriminação racial se comporta não apenas como efeito da existência generalizada de preconceitos em relação aos negros, mas também como uma força que procura manter uma ordem das coisas, segundo a qual, por assim dizer, determinadas posições sociais não são para pessoas de cor. A discriminação racial não se constitui apenas por uma disposição difusa à desconfiança, à aversão ou mesmo à hostilidade com relação ao negro. Muito mais do que isso, seus esquemas de classificação operam com uma visão de todo sobre o espaço social.

2.3 O estudo sobre negros em classes altas

O estudo sobre a presença de negros em elites definidas com base em estratificações socioeconômicas aparece eventualmente como tópico no conjunto mais geral de estudos sobre desigualdades raciais. Myrdal (1944) dedica o capítulo 14 do extenso *An American dilemma* ao estudo dos negros de classes média e alta nos Estados Unidos durante a primeira metade de século XX. Nesse caso, a definição de elites se dá pela distinção entre ocupações manuais e não manuais. O autor investiga a representação dos negros entre profissionais liberais, professores, servidores públicos e empresários, observando a relevância desproporcional das ocupações clericais e da de professor, o que ele atribui à segregação racial nas escolas e nas igrejas, que gerou, nesses setores, nichos raciais no mercado de trabalho. Essas profissões constituíram assim uma via importante de ascensão para os negros, ainda que pastores negros fossem em geral mais pobres, em razão da menor afluência de suas comunidades, e professores negros contassem geralmente com piores condições de infraestrutura e recebessem, frequentemente, menores salários, mesmo após determinação, datada de 1940, de inconstitucionalidade para essas diferenças salariais baseadas em raça. O empreendimento no varejo, nota o autor, também

sofreu impactos ambivalentes da segregação. Por um lado, as vizinhanças segregadas constituíram uma clientela cativa para empreendedores negros. Por outro lado, os limites do poder de consumo dessa clientela, assim como as restrições no acesso a fornecedores e a crédito, limitavam os horizontes de crescimento por parte desses empreendedores. Interessante que o autor também dedique uma subseção do capítulo a ocupações ilícitas que, àquele tempo, consistindo principalmente na atividade do jogo de números, ofereceram oportunidades para a ascensão de alguns negros a posições de elite na “economia *underground*” (MYRDAL, 1944).

Em *The negro in modern industrial society*, Dutcher (1930) descreve as variações na proporção de negros no mercado de trabalho qualificado e em posições de *status* mais elevado, como funções executivas e profissionais liberais. A presença de negros em estratos de elite não é, contudo, foco do estudo. O autor aborda a distribuição dos negros na estrutura ocupacional como um todo, considerando fatores como sexo, migração e diferenças regionais. Já antes disso, Reuter (1969), no interessante livro *The mulatto in the United States*, escrevia sobre negros ocupando posições de destaque nas mais diversas atividades da produção econômica e cultural. O autor utiliza informações disponíveis em uma gama de publicações impressas contendo listagens de negros socialmente eminentes. O autor utiliza também listagens de personalidades elaboradas, a pedido, por pessoas negras reconhecidamente afluentes, além de informações biográficas disponíveis em diversas fontes. Com esse material, Reuter mapeia algumas centenas de negros socialmente destacados em áreas como política, medicina, direito, educação, literatura, artes, administração pública e negócios. O interesse do autor, contudo, é analisar a posição do mestiço, enquanto grupo racial diferenciado, no processo de integração do negro na sociedade de classes nos Estados Unidos. Sua investigação revela que, embora os “mulatos” fossem, durante a década em estudo, a de 1910, algo em torno de 20% da população de cor, eles eram mais de 80% dentre os negros em posições de elevado *status* socioeconômico.

Pesquisas especificamente dedicadas ao tema dos negros em posição de elite são mais raras. Contudo, é possível identificar uma tradição de estudos que se desenvolve

nos Estados Unidos. Esse desenvolvimento ocorre em duas grandes etapas: (i) uma que começa ao final da década de 1890, em que a pesquisa sobre elites negras se confunde com a formação de uma consciência de classe e de uma narrativa de classe dominante negra basicamente em termos de uma elite demiurga e (ii) uma segunda fase de estudos mais estritamente acadêmicos. A primeira fase culmina em trabalhos de crítica à narrativa de classe construída durante as primeiras décadas do século XX, abalando-se a ideia de que a composição de uma elite negra seria uma via de emancipação para o conjunto da população de cor. Em outras palavras, há um deslocamento da posição de primeira pessoa, articuladora da narrativa de classe dominante negra, para uma posição de terceira pessoa, observadora e crítica dessa narrativa.

Em verdade, essa primeira fase de estudos constitui uma dimensão da própria diferenciação social da elite negra, de origens relativamente remotas. Em 1790, os Estados Unidos contavam uma população de negros livres estimada em aproximadamente 60 mil almas, perfazendo 8% da população negra total. Em 1860, esse número chegaria praticamente a 500 mil, perfazendo 11% da população negra. A maior proporção de negros livres nos Estados Unidos em período escravista se deu em 1830, com praticamente 14% (QUARLES, 1969). A redução dessa proporção, até 1860, provavelmente ocorreu devido a reações da sociedade branca em sua parcela escravista diante do crescimento do abolicionismo. Alguns estados decretaram leis restringindo manumissões (HARRIS, 1936), expressão de uma resposta que deve ter ocorrido também por outras vias. Desses 500 mil negros livres na década de 1860, aproximadamente metade vivia no Sul, onde dividia espaço com a grande massa de negros escravos. A outra metade, no Norte, vivia onde a escravidão nunca constituiu um aspecto tão relevante da economia e já era virtualmente extinta na década de 1830 (QUARLES, 1969). As principais origens dessa população negra livre eram as fugas, a manumissão, a compra da própria liberdade e o crescimento vegetativo. Como sói ser, a relação sexual entre senhores e escravas era um fator importante que motivava manumissões. Em 1850, metade da população negra livre era mestiça, contrastando com apenas 8% da população escrava.

No seio dessa população negra livre, gestou-se a diferenciação de uma elite negra. As principais possibilidades de trabalho livre concentraram-se nos serviços pessoais, serviços de alimentação, na pequena agropecuária e, especialmente no Sul, onde a cultura escravista prevenia brancos de se ocuparem em trabalhos manuais, a manufatura também constituiu um espaço privilegiado para a ação do negro livre, o que não aconteceu, em extensão comparável, nos estados livres do Norte. Especialmente nos serviços pessoais, as acomodações de *status* numa sociedade escravocrata permitiram que alguns empreendedores negros alcançassem considerável riqueza, firmando-se enquanto proprietários de salões e de restaurantes onde atenderiam a elite branca endinheirada. Desde que atuando em uma atividade serviçal, quer dizer: desde que sua condição de subalternidade não fosse posta sob suspeita, não incomodava ao homem branco que esses negros livres adquirissem alguma riqueza. Em outras palavras, tratava-se de uma janela para a ascensão de classe diretamente vinculada à conservação relativa da posição de *status*. Contudo, com o crescimento da agitação abolicionista, os negros livres empreendedores passaram a estar mais sujeitos à insegurança social e jurídica no Sul, sofrendo ameaças e tendo seus negócios arruinados quer pelo boicote, quer pelo desmando cinicamente amparado em formalidades jurídicas, quer pela violência pura e simples. Ainda assim, uma classe de negros livres trabalhadores continuou existindo, com alguns deles se sobressaindo em sucesso econômico.

Graças à manutenção de uma considerável circulação de dinheiro, houve, desde o final do século XVIII, a formação de sociedades de assistência mútua entre os negros livres, contando com a simpatia e com a colaboração proativa (o que significa não apenas doações, como também proteção social e jurídica) de pessoas brancas. Esses fundos de ajuda mútua atendiam o propósito de acumular crédito, que poderia ser retirado não apenas para fins empreendedores, mas também para socorrer emergências outras, como casos de saúde ou morte. Num primeiro momento, as igrejas serviram como base para a organização dessas sociedades, cujo número cresceu francamente ao longo da primeira metade do século XIX.

Sem embargo, a formação, a partir de 1794, de uma igreja protestante negra independente constituiu um aspecto decisivo para a vida social da população negra nos Estados Unidos, à medida que significou a consolidação de uma base institucional para a organização da vida civil. Não à toa Frazier (1957, p. 79) afirma que “a instituição mais importante criada pela população negra nos Estados Unidos foi a Igreja Negra”. A partir das sociedades de ajuda mútua, alicerçadas na organização civil oferecida pelas igrejas, os negros empenharam esforços com o intento de obter crédito junto a bancos, esforços muitas vezes malogrados pela discriminação racial. Diante das restrições de crédito, da insegurança social e jurídica, além das limitações impostas pelo campo restrito de atividades que a discriminação e as condições de pobreza permitiam optar, apenas uma modesta e pouco numerosa elite negra se desenvolveu ainda no período pré-Guerra Civil (HARRIS, 1936). Listagens e descrições somando algumas dezenas de negros possuidores de moderadas fortunas no período anterior à abolição, incluindo um fazendeiro negro com posse de quase uma centena de escravos e outros negros. Para uma surpresa ainda maior, empresários na atividade logística podem ser encontradas no livro *Negro in the making of America*, de Benjamin Quarles e também em *The negro as capitalist*, de Harris.

Essa diferenciação se acelera e ganha novas bases a partir da Guerra Civil. Como já mencionado, a própria segregação racial constituiu-se, por um lado, em fator favorável à diferenciação de classes média e média alta negras. A segregação racial na moradia, nos serviços e em outros setores da atividade econômica implicou o desenvolvimento de uma estrutura ocupacional cativa para negros que, embora restrita em comparação às oportunidades disponíveis à população branca, permitia certa diferenciação social. Mais que a segregação, contudo, deve-se considerar o investimento de recursos e de energia na integração dos negros à atividade econômica, ainda que racialmente segregada. A Lei de Direitos Civis de 1875, que prevenia a discriminação racial, foi declarada inconstitucional já em 1883, com o intuito de abrir franco espaço para a construção de um sistema de segregação racial formalizado em normas no Sul do país. Contudo, as emendas constitucionais de

1866, prevendo plena cidadania aos negros, não foram derrubadas, o que levou à construção do princípio “separados, porém iguais”, segundo o qual, os serviços, embora racialmente segregados com base em legislação, deveriam apresentar padrões equiparáveis de qualidade e infraestrutura. Obviamente o mote “separados, porém iguais” não descrevia a realidade, e os serviços e acomodações dedicados à população negra eram muito inferiores. No entanto, essa adesão ao princípio de igualdade, formalizada em emenda constitucional, ofereceu base legal não apenas para a luta política contra a discriminação racial como também ferramentas jurídicas para que se garantisse algum nível de investimento nos serviços dedicados à população negra (MYRDAL, 1944).

Durante os anos imediatamente posteriores à Guerra Civil, considerável energia foi despendida com o objetivo de integrar o negro à vida civil e à atividade econômica. Em *The negro*, Dubois (1915) narra a ação de políticos republicanos, àquela época representantes da visão de mundo progressista sustentada na região Norte, durante a década de 1860, tentando influenciar políticos sulistas a favor da extensão do direito de sufrágio aos negros. Efetivamente, em 1870, entraria em vigor emenda constitucional abolindo a restrição do direito ao voto com base no critério racial. Muito embora, com a rearticulação dos conservadores no Sul e sua ascensão ao controle político dos estados naquela região ao longo da década de 1870, práticas oficiosas e extrajurídicas (como intimidação e violência) foram amplamente empregadas para impedir o pleno exercício do direito ao voto por parte dos negros.

Na década de 1860, instituíram-se o Freedmen’s Bureau e o Freedmen’s Savings Bank, instituições dedicadas ao esforço de integração do negro à sociedade de classes. A primeira no que concerne a serviços como educação e assistência social, e a segunda, no que se refere à concessão de crédito. O Freedmen’s Bureau atuou na construção de hospitais prestando assistência jurídica e atuou ainda na garantia de salários mínimos para negros empregados em fazendas no Sul, “se tornando, com efeito, a primeira agência mediadora entre capital e trabalho na América”

(QUARLES, 1969, p. 128, tradução nossa)⁷. Compreensível sua existência no contexto de entusiasmo humanista no período imediatamente posterior à Guerra Civil, o Freedmen's Bureau não resistiu, contudo, ao realinhamento político que ocorreria a partir da década de 1970, com o fortalecimento dos democratas no Sul e o enfraquecimento da ala mais radical no partido republicano. A instituição foi extinta naquela mesma década, deixando um legado. DuBois (1915), ele mesmo um notável expoente dessa elite negra na virada para século XX, escreve suas impressões sobre o Freedmen's Bureau:

Foi, sem dúvidas, um enorme experimento, mas com todas as suas falhas flagrantes, ele foi bem-sucedido em um grau impressionante. Ele tornou impossível o reestabelecimento imediato da escravidão, sendo provavelmente o método mais rápido para fazê-lo. Ele deu aos filhos dos homens libertos a chance de se educarem. (DUBOIS, 1915, p. 207, tradução nossa).⁸

O Freedmen's Bank constituiu também uma experiência precursora. Fundado em 1965, o banco foi concebido mais como um instrumento de política pública do que como um empreendimento de mercado propriamente dito. Sua capitalização se deu mormente com base nos salários e nas pensões recebidas pelos soldados negros envolvidos na Guerra Civil, assim como na poupança da população negra em geral. O intuito era garantir que boa parte do dinheiro recebido por soldados e suas famílias não fosse dissipada, mas, antes, reunida em poupança, garantindo renda em médio e em longo prazo, assim como disponibilidade de crédito para a população negra. A gestão do banco ficou sob o comando de pessoas brancas da elite de poder, com pessoas negras sendo progressivamente contratadas para o quadro

⁷ “[...] becoming in effect the first mediating agency between capital and labor in America.”

⁸ “This was without a doubt a tremendous experiment, but with all its manifest mistakes it succeeds to an astonishing degree. It made the immediate reestablishment of the old slavery impossible, and it was probably the only quick method of doing this. It gave the freedmen's sons a chance to begin their education.”

de funcionários. O banco se capitalizou e se expandiu rapidamente, criando filiais em diversos estados. A partir de 1870, um novo grupo da elite de poder assumia o comando da instituição na mesma medida em que se aprovava, no congresso, uma nova regulação, que permitia ao Freedmen's Bank uma atuação mais agressiva no mercado financeiro. A ação especulativa e a ingerência do grupo então no controle levaram o banco a falir. Foi inútil a nomeação de Frederick Douglass, renomada personalidade negra da época, para presidente, como tentativa de recuperar a confiança de investidores, em especial da população negra, que se sentiria representada na figura eminente do novo presidente. Em 1874, o Freedmen's Bank encerrava suas atividades, deixando uma perda significativa de depósitos (HARRIS, 1936).

A imprensa negra, nascida em meados do século XIX e pautada pelo tema abolicionista, a partir da reconstrução, passará a responder a um conjunto maior de expectativas de uma população negra passando por um processo conjunto de integração à sociedade de classes e de diferenciação social, e, ao mesmo tempo, submetida a formas virulentas de discriminação. A imprensa negra se desenvolverá num contexto de emergente segregação racial em regime não escravista, tendo que lidar não apenas com a situação política da população negra, mas também: com a necessidade de estabelecer diálogo com a população branca, tendo em vista a obtenção de apoio político; com as demandas do público em termos de outros tipos de informação (que não de conteúdo político) e de entretenimento; com o crescimento e modernização da gestão num contexto de evolução da indústria de comunicação; e, finalmente, com os jogos de poder envolvendo a imprensa, o campo político e o mundo corporativo. Ao assumir essa gama diversificada de tarefas, a imprensa negra revelou-se como um dos suportes para a formação de consciência de classe por parte da elite negra em diferenciação (FRAZIER, 1957). Sem embargo, o inventário de negros ocupando posições de elite elaborado por Reuter (1969) contou em muito com registros feitos pela imprensa negra, enumerando negros de destaque e discutindo sobre seu papel perante o passado e o futuro da população negra.

Cabe mencionar também o *The negro handbook*, série de publicações organizada por homens negros da imprensa. O periódico inventariava negócios de pessoas negras, incluindo bancos, companhias de seguro e de empréstimo, além de propriedades agrícolas. A publicação também trazia informações sobre negros ocupados em setores como as forças armadas, a imprensa, o teatro e organizações civis. O periódico parece inspirado na campanha *Don't buy where you cannot work*, capitaneada por algumas lideranças e de alguma repercussão na comunidade negra durante a primeira metade do século XX, promovendo o boicote aos empreendimentos brancos por parte da população negra. O *Negro handbook* cumpriria o papel de difundir pela população negra informações sobre onde encontrar os empreendimentos liderados por pessoas negras, aos quais, de acordo com a campanha, deveria ser dada preferência.

O livro inaugural dos estudos sobre elites negras nos Estados Unidos, *Negro in business*, editado por DuBois (1971) em 1899, aparece no contexto dessa articulação para si da elite negra já existente em si, em uma conferência, realizada na Universidade de Atlanta, dedicada à formação superior de afro-americanos para discutir passado, presente e futuro de uma classe negra empreendedora. Esse processo de articulação, que inclui a formação da National Negro Business League, em 1900, é interpretado por Frazier (1957, p. 141) enquanto processo de institucionalização do que seria o “mito de uma classe negra dos negócios”, isto é, não a classe em si, tal qual ela existe, com suas enormes limitações em termos de poder e de diversificação econômica, mas a classe transformada em elemento de uma narrativa, em coisa simbólica sobre a qual se projetavam ambições e expectativas. O estudo *Negro in business* mostra a apropriação das ciências sociais pela *intelligentsia* negra no esforço de construção dessa narrativa. Na introdução, o editor argumenta a inserção da pesquisa num projeto mais geral, de formação de “líderes do pensamento e missionários da cultura em meio à massa” (DUBOIS, 1899, p. 1). Na sequência, a publicação apresenta caráter de estudo empírico sistemático, com apresentação da metodologia utilizada na coleta de dados e discussão dos resultados

sobre a distribuição ocupacional da população negra oferecidos pelo Censo de 1890. O principal dispositivo retórico responsável pelo trânsito entre o escrutínio descritivo e a construção da narrativa consiste nos critérios de classificação:

O termo “homem de negócios” é interpretado, nesse estudo, de modo a incluir todos com estoques de produtos a vender, e também todas as pessoas que tenham pelo menos \$ 500 em capital investido. A propósito, enquanto um barbeiro seria a princípio classificado como artesão, aquele com \$ 500 ou mais investidos em sua loja, tendo vários assistentes empregados, é antes um capitalista do que um artesão, e 62 desse foram classificados como homens de negócio. Assim também pareceu adequado classificar 31 ferreiros e mantenedores de rodas que tinham considerável capital investido, além de estoques de produtos para a venda. Em vários outros casos houve alguma dificuldade para traçar uma linha divisória entre artesãos em homens de negócios, e a decisão teve de ser mais ou menos arbitrária, apesar do investimento de capital considerável ter constituído o critério mais recorrente. (DUBOIS, 1899, p. 7, tradução nossa).⁹

Como se nota, a definição operacional de “homem de negócios” é feita ampla o bastante para incluir empreendedores de pequeno porte, que, numa acepção comum, seriam oxalá considerados pequeno burgueses. Do ponto de vista técnico, não há incorreção nenhuma nesse procedimento, uma vez que essa definição operacional é explicitada na exposição do trabalho. Contudo, independentemente da definição operacional adotada, o termo “*businessman*” insere-se num campo semântico

⁹ “The term ‘business man’ in this study has been interpreted to include all with stocks of goods to sell, and also all other persons who have at least \$500 of capital invested; for instance, while the ordinary barber should be classified as an artisan, a man with \$ 500 or more invested in a shop, with several hired assistants, is a capitalist rather than an artisan, and 62 such men have been classed as business men. So, too, it seemed best to include 31 blacksmiths and wheelwrights who had considerable capital invested and kept stocks of wagons or other goods on sale. In several other cases there was some difficulty in drawing a line between artisans and business men, and the decision had to be more or less arbitrary, although the investment of considerable capital directly in the business was the usual criterion.”

próprio, partilhado por outros termos como capitalista, burguês, empreendedor, e que, por conseguinte, empresta ao termo conotações um pouco mais ambiciosas do que a definição operacional a princípio permitiria. Ao alternar entre uma definição operacional mais modesta e uma exposição técnica rente a essa definição e, por outro lado, uma exposição retórica que evoca as conotações mais audaciosas do termo, o texto sustenta a narrativa grandiloquente de uma classe negra capitalista.

Uma expressão ainda mais acabada dessa abordagem em que o estudo da elite negra se confunde com o processo de formação de uma consciência de classe por parte dessa mesma elite consiste numa publicação do início do século passado: *The negro problem: a series of articles by representative American negroes of to-day* (WASHINGTON, 1903). A publicação reúne textos escritos por diferentes negros de destaque, discutindo agora não apenas o estatuto de uma elite negra, mas a questão mais geral da integração do negro à sociedade de classes. Isso quer dizer que o conteúdo da publicação não traz apenas um esforço de construção de uma narrativa de elite negra, mas, sobretudo, o que é mais radical, uma vivência dessa narrativa. Os autores, muitas vezes, simplesmente escrevem assumindo o lugar de fala instituído por essa narrativa: o de uma elite negra demiurga, responsável pela interpretação da condição do negro na sociedade estadunidense e sob cuja ação histórica repousaria a ascensão da população negra como um todo.

Quando o autor do primeiro capítulo, *Industrial education for the negro*, Booker Washington, discute a importância de uma educação técnica para as massas negras, está implícita a noção de que existe uma elite negra, constituída enquanto uma minoria mais altamente letrada. Junto a isso, a retórica do texto opera uma tomada de posição enquanto parte dessa elite, que seria responsável por discutir as estratégias mais adequadas para a melhoria das condições de vida da população negra em geral. Por seu turno, o Capítulo 6, *Representative American negroes*, ao elencar um número de negros eminentes, constitui uma reflexão explícita acerca do que definiria essa condição de elite, isto é, acerca do significado de ser um negro “exemplar”. O principal critério é a contribuição à construção de um orgulho

racial. O que o autor argumenta a favor das pessoas elencadas é o juízo de que suas realizações, em determinado campo de atuação ou em vários, teriam se elevado além da média e mesmo para além do bom, porém, ainda ordinário, em suficiente medida para figurarem como pessoas altamente apreciáveis, cujo gênio, socialmente reconhecido, testemunharia a favor das potencialidades da “raça” negra como um todo. Nesse sentido, embora a eminência dos negros exemplares elencados estivesse, em geral, ancorada em posições elevadas na distribuição socioeconômica, o conceito de elite articulado pelo autor ultrapassa essa definição, reivindicando uma posição de valor simbólico.

Especialmente interessante é o capítulo *The talented tenth*, onde DuBois defende uma genuína teoria das elites. Como um recurso retórico a ser notado, o autor começa e termina o artigo com a seguinte linha: “*The negro race, like all races, is going to be safe by its exceptional men*”. Entrementes, Dubois defende a necessidade de se garantir, por meio de uma educação superior de caráter humanístico, orientada a uma formação geral em ciências, línguas, filosofia e história – em suma, uma educação cujo objetivo seja, para além da formação técnica profissional, Paideia – a existência de pessoas negras de elite, dotadas tanto de sofisticação intelectual quanto de verve prática. Ocupando com brilhantismo posições de liderança como professores, pastores, jornalistas, nos negócios, na administração pública e na política, os membros dessa elite não apenas trariam benefícios à população negra por meio de suas realizações profissionais, como também exerceriam sobre esta população uma influência pedagógica que elevaria os padrões de sociabilidade e as habilidades intelectuais e laborais da mulher e do homem negro em geral. Existe, portanto, na virada para o século XX, uma elite negra enquanto classe em si e para si. Ela existe em si como fruto de um processo de diferenciação social iniciado entre negros livres na sociedade escravista e intensificado a partir da Guerra Civil. Ela existe para si porque concebeu a si mesma enquanto tal e, assumindo-se como, mais do que elite, vanguarda, atribuiu a si mesma o papel de discutir sobre o passado, o presente e o futuro do processo de integração do negro à sociedade de classes.

É sobre esse pano de fundo que surge, em 1936, o livro *The negro as capitalist*, de Abram Harris. Nesse trabalho, o autor investiga a diferenciação de uma classe empreendedora na população negra, adotando como foco de investigação empírica os bancos. Entre 1888 e 1934, mais de uma centena de bancos foram criados por negros, além de um número de *Credit Unions* e de *Building and Loan Societies*. Deste grande número, apenas pouco mais de uma dezena de bancos sobreviveriam, numa dinâmica envolvendo não apenas quebra, mas também fusões. Esses bancos foram capitalizados pela expansão, ocorrida depois da Guerra Civil, de sociedades visando garantir à população negra nível de poupança necessário ao acesso a serviços básicos. Com a igreja negra servindo como suporte de organização civil, diversas *Fraternal Insurances* e *Burial Societies* foram criadas e promoveram um acúmulo inicial de capital. Embora o desenvolvimento dessa classe no seio da população negra seja de impressionar, a discriminação e a segregação racial mantiveram muito restritos os horizontes dessa diferenciação social. Nenhum avanço significativo foi feito pela população negra nos setores da indústria e do comércio no atacado. Excluindo-se o próprio setor financeiro, a diversificação de uma classe negra “capitalista” se restringiu aos serviços de recreação e lazer, ao comércio no varejo, aos serviços pessoais e à pequena propriedade agrária. O que o autor identifica é um desenvolvimento da classe negra capitalista durante as primeiras décadas do século XX medido pelo constante aumento, com alguma queda durante e após a Crise de 1929, no total de depósitos adquiridos pelos principais bancos de cada período.

A restrição na diversificação dos setores produtivos impactava negativamente o setor financeiro da classe negra capitalista, uma vez que a capitalização dos bancos, pelo menos no que tange aos depósitos, se dava sobre uma base produtiva menos diversificada e de relativamente modesta envergadura financeira. Essa frágil classe econômica negra dominante resistiria menos ainda diante do crescimento em escala das firmas. Setores como o comércio varejista e a prestação de serviços nas comunidades negras segregadas passaram a ser cada vez mais penetrados por grandes firmas, organizadas em cadeia e dominadas por brancos. Boa parte das energias

antes concentradas pelas lideranças negras no projeto de uma elite econômica negra empreendedora divergiram para a reivindicação de que se ocupassem negros, em boas posições profissionais, nessas grandes firmas que dominavam o mercado no varejo. Em outras palavras, refletindo mudanças nas circunstâncias objetivas, o projeto de uma elite negra capitalista cedeu, em boa medida, lugar para o projeto de uma elite negra assalariada.

O livro de Harris marca um deslocamento de posição de fala na discussão sobre elites negras: da primeira pessoa para a terceira pessoa, do articulador da narrativa de classe dominante para o crítico dessa narrativa. Harris (1936) termina seu livro chamando atenção para o antagonismo de classe no interior da população negra, que seria mascarado pelo discurso da elite negra demiurga. Considere-se o contexto de discussão do autor. Havia, na época, a defesa de um projeto econômico separatista para a população negra. O influente intelectual negro DuBois defendia a ideia de que, diante da segregação racial, institucionalizada no Sul e simplesmente eficaz no Norte, a população negra precisaria reagir formando uma estrutura econômica independente. Por outro lado, havia o influente empresário e intelectual Booker Washington defendendo não um projeto separatista de economia, mas, numa linha de pensamento mais pragmática, um projeto protecionista, segundo o qual, a população negra deveria consumir em estabelecimentos dos quais fossem proprietárias pessoas negras, mesmo quando esses praticassem preços sensivelmente mais altos, como forma de fortalecer a elite econômica negra. A posição de Harris é de que a ideia de uma economia independente para a população negra era simplesmente irrealista. Já quanto ao protecionismo econômico, segundo o autor, esse discurso pretendia mascarar, sob uma ideologia de solidariedade racial, o antagonismo de classe entre a elite e as massas na população negra. O autor enfatiza:

Em sua confusão, as massas são levadas a dirigirem seus ânimos contra os judeus e a branquitude. As reais forças por trás de suas deficiências e desconforto são mascarados pela raça, o que os impede

2. A acomodação das relações raciais em posições de classe

de ver que o que homem negro de negócios quer, antes de tudo, é a liberdade para monopolizar e explorar o mercado de consumo que elas provêm. As massas não conseguem ver que elas não têm explorador maior que o negro capitalista que vive da exploração de trabalho mal remunerado e até mesmo extenuante, embora ele próprio e sua família geralmente vivem em consumo ostentatório. (HARRIS, 1936, p. 184, tradução nossa).¹⁰

O trabalho de Franklin Frazier (1957), em *Black bourgeoisie*, aponta também para a existência desse antagonismo e se concentra numa crítica ácida à narrativa de classe da elite negra. Na verdade, o autor desenvolve um estudo crítico sobre grupo de *status* e composição de estilo de vida a partir da posição dessa classe, antecipando uma abordagem que logo ganharia notoriedade na sociologia com o trabalho de Pierre Bourdieu (1984), na década de 1970. Em termos de metodologia, o autor adota uma estratégia bem livre, recorrendo a dados censitários, fontes documentais (principalmente publicações da imprensa negra) e entrevistas realizadas por ocasião de sua pesquisa anterior sobre famílias negras nos Estados Unidos. Sua crítica centra-se basicamente na forma como a narrativa de classe da burguesia negra se articula, segundo ele, enquanto uma solução simbólica precária para as ambiguidades inerentes à condição dessa pequena classe que, embora dominante, seria, ao mesmo tempo, violentamente dominada. A posição ocupada pela burguesia negra seria definida por uma ambivalência: se a identificação com o estilo de vida e com as visões de mundo das classes dominantes leva à ruptura com as massas pobres do próprio grupo racial, a discriminação e a segregação frustram o efetivo acesso às posições sociais e, sobretudo, ao mundo da vida das elites. Adotando

¹⁰ “In their confusion, the masses are led to direct their animus against the Jew and against whiteness. The real forces behind their disabilities and discomfort are masked by race which prevents them from seeing that what Negro business man wants most of all is freedom to monopolize and exploit the market they provide. They cannot see that they have no greater exploiter than the black capitalist who lives upon low-waged if not sweated labor, although he and his family may, and often do, live in conspicuous luxury.”

uma escrita estilística como recurso de persuasão sobre a dramaticidade mesma da condição da elite negra, o autor argumenta:

A burguesia negra vive sobretudo em um mundo do blefe; num jogo de máscaras, encenando tristes papéis para dissimular seu sentimento de inferioridade e de insegurança e as frustrações que agitam sua vida secreta. Seus membros se esforçam para evitar serem confundidos com a massa de cor, mas lhes é impossível escapar à mesma opressão que atinge seus semelhantes de raça menos favorecidos. Tal esforço para escapar de sua própria negritude lhes incute um ódio de si mesmos, que encontra expressão no rebaixamento das características sociais e físicas dos negros. Do mesmo modo, seus sentimentos de inferioridade e de insegurança são traídos pela intensidade patológica de sua luta para se elevarem socialmente em um mundo dos negros isolado, assim como pelo intenso desejo de aceitação pelos brancos. (FRAZIER, 1957, p. 192, tradução nossa).¹¹

O argumento central é o de que a burguesia negra, em certo sentido, ocuparia uma espécie de não lugar social. O campo restrito de sua atuação econômica é o bastante para sustentar sua diferenciação em relação às massas negras, mas não o bastante para alçá-la a uma posição efetivamente importante na economia do país. Ademais, as restrições impostas a sua circulação pelo mundo da vida equivalem a impossibilidade de acesso a ritos e a uma vida cotidiana capaz de sustentar uma representação de si própria enquanto elite. Em consonância com os estilismos de Frazier, lembrando as imagens de *A divina comédia*, a elite negra viveria numa

¹¹ “La bourgeoisie noire vit surtout dans un monde du bluff; le masque qu’elle porte pour jouer son triste rôle, dissimule son sentiment d’infériorité et d’insécurité et les frustrations qui hantent sa vie secrète. Ses membres se sont efforcés d’éviter d’être confondus avec les masses de couleur, mais il leur est aussi impossible d’échapper à l’oppression qu’à leurs frères de race moins favorisés. Cet effort pour échapper à leur négritude a suscité en eux une haine d’eux-mêmes, qui trouve son expression dans le dénigrement des caractères sociaux et physiques des Noirs. De même, leurs sentiment d’infériorité et d’insécurité transparaissaient dans l’intensité pathologique de leur lutte pour s’élever socialement dans un monde noir isolé et dans leur intense désir de se faire accepter par les Blancs.”

espécie de limbo. Foi tendo o limbo como morada que Virgílio guiou Dante incauto, caminhando altivo no inferno e no purgatório, mas, pagão ainda, a despeito do mérito de suas proezas, não pôde seguir jornada pelo paraíso. Assim, a elite negra andaria sobre as cabeças das massas negras pauperizadas, mas não atravessaria os portões de acesso ao mundo da burguesia branca dominante. Na interpretação de Frazier, é por conta dessa posição de não lugar que a burguesia negra criou para si uma espécie de lugar mítico de prestígio e reconhecimento social, ancorado em rituais e na materialização do discurso em publicações, especialmente por meio da imprensa.

A argumentação de Frazier constitui, assim, um ataque violento à narrativa de elite demiurga construído durante as primeiras décadas do século XX. Primeiramente, o autor expõe e enfatiza, como já feito por Harris em *The negro as capitalist*, os antagonismos de classe entre essa elite e as massas negras. Em segundo lugar, ele desenvolve uma crítica extensa e direta a essa narrativa, afirmando a inexistência de uma autêntica solidariedade racial capaz de atravessar as clivagens de classe. Na opinião do autor, o orgulho racial das elites de cor seria um sentimento muito frágil que não geraria solidariedade de classe, mas, pelo contrário, se trairia no antagonismo com as massas negras da classe popular e, ainda mais dramaticamente, num antagonismo com o próprio corpo:

A burguesia de cor alardeia constantemente seu orgulho racial; mas, ao reparar suas atitudes em relação aos traços físicos ou às características sociais dos negros, percebe-se por óbvio que, na verdade, ela não quer se identificar com eles (FRAZIER, 1957, p. 194, tradução nossa).¹²

Considerando o fato de que boa parte da elite negra é mulata, Frazier comenta por várias vezes o “esnobismo de cor” dos mulatos (Frazier, 1957, p. 178) diante das

¹² “La bourgeoisie de couleur étale constamment son orgueil d’être noire; mais si on étudie son attitude à l’égard de traits physiques ou des caractéristiques sociales des Noir, il devient évident que’elle ne tient pas vraiment à ce qu’on la confonde avec eux.”

massas pobres de negros retintos, esnobismo cujo simétrico oposto seria, nas palavras do autor, um “complexo de inferioridade” em relação ao branco. Cabe notar: embora o trabalho apresente uma qualidade notável, a argumentação do autor parece fortemente enviesada por uma posição pessoal avessa à elite negra. Esse dessabor parece advir da reprovação moral diante do que o autor provavelmente considera uma atitude mais ou menos comum nessa classe. Em *The negro family in the United States*, publicado originalmente em 1948, Frazier comenta sobre a posição não incomum no seio da elite negra de apoiar a discriminação de negros pobres em estabelecimentos públicos. O autor cita “um homem negro, editor de uma gazeta, que chamava a atenção de um homem branco para o fato de que ‘as pessoas brancas, de maneira geral, riscam uma linha de separação no ponto errado, colocando todos nós na mesma categoria’” (Frazier, 1951, p. 326, tradução nossa).¹³

A partir da década de 1960, acumula-se, nos Estados Unidos, certo volume de estudos de caráter eminentemente quantitativo sobre a afluência econômica entre os negros (BRIMMER, 1988; COLLINS, 1983; FEATHERMAN; HAUSER, 1976; HINE, 2003). Muitos desses estudos concentram-se na verdade numa “classe média” negra, termo com o qual se referem, geralmente, a trabalhadores não manuais qualificados e também a especialistas. Em geral, discute-se sobre a contribuição das políticas de Estado instituídas a partir de 1964 para o crescimento dessa classe, sobre a persistência (ou a não persistência) de barreiras raciais à sua plena expansão, assim como sobre a fragilidade das suas posições em termos não apenas econômicos, mas de poder. Nesse corpo de trabalhos, existe uma discussão sobre em que medida o aumento nos níveis de mobilidade social por parte dos negros indicaria uma queda na relevância da condição racial enquanto fator de estratificação (LANDRY; MARSH, 2011). Esse debate reflete, sobretudo, os desafios interpretativos impostos pela passagem de um contexto em que a segregação racial operava uma separação absoluta entre negros e brancos enquanto castas para um contexto em que a

¹³ “[...] a colored newspaper editor who remarked to a white man that ‘the white people draw the line at the wrong point and put all of us in the same class’.”

condição racial passa a ser um fator com impacto relativo sobre as chances de vida das pessoas. Quanto a posições mais altas na hierarquia social, desenvolveram-se alguns estudos sobre a carreira de negros nos altos círculos executivos, identificando a tendência de que essas vagas se restrinjam a setores de atuação muito restritos e racializados (COLLINS, 1989).

No Brasil, a produção sobre negros nas elites é especialmente acanhada. A primeira menção ao tema pode ser localizada num capítulo de *Sobrados e mocambos: o mulato bacharel*. Nesse capítulo, Freyre (1936) explora basicamente a condição do filho homem, fruto de relações sexuais entre homens brancos e mulheres negras, e reconhecido pelo pai. Contando com altos níveis de escolaridade e com proteção social, esses mestiços galgavam posições sociais mais elevadas, sobretudo em cargos públicos. De maneira geral, a condição do negro em posições sociais médias, fincadas em postos de trabalho não manual ou, menos frequentemente, na condição de especialistas, aparece como tópico nos diversos estudos sobre estratificação racial. Além disso, autores como Florestan Fernandes (1965) e Luiz Aguiar Costa Pinto (1953) dedicaram-se ao estudo do ativismo e da imprensa negra durante a primeira metade do século XX, notadamente com foco em elites políticas. O único clássico brasileiro, contudo, especificamente voltado ao estudo dos negros nas elites é o *As elites de cor*, de Thales de Azevedo (1955). O autor empreende um estudo sobre a inserção de negros em posições sociais elevadas na Bahia, diferenciando sua análise em termos de diversos campos de atividade. Embora não estruture sua análise exatamente com o intuito de identificar quais são os campos de atividade mais permeáveis à ascensão do negro, dedicando suas notas conclusivas a interpretações mais gerais sobre a natureza da discriminação racial no Brasil, o autor faz alguns apontamentos nesse sentido.

No comércio, Azevedo identifica dificuldades para a ascensão do negro sobretudo em função da baixa capacidade de investimento. A posição de proprietário depende do nível de capitalização. Assim, levando-se em conta um contexto de fragilidade nos fluxos de crédito, ficava mais do que nunca a cargo do patrimônio

acumulado em nível familiar as condições de possibilidade para que se atingisse essa condição. Assim, os negros atingiam, no máximo, a posição de pequenos comerciantes, um ou outro galgando posições um pouco mais elevadas. Na política, Azevedo (1955) identifica um ambiente mais permeável graças a algumas vias de acesso abertas por arranjos institucionais em regime democrático: organizações de classe e partidos. A burocracia também teria representado um canal mais aberto, sobretudo à medida que processos impessoais de seleção se consolidavam, garantindo ao negro educado chances de competir por posições. Contudo, o autor identifica a persistência de algumas barreiras raciais no que se refere à progressão na carreira por meio de cargos por indicação. Embora, de maneira geral, o autor prefira interpretar essas barreiras como função de déficits educacionais, não no sentido do título, mas no sentido mais amplo referente a aspectos comportamentais, poder-se-ia dizer de *habitus*, ele admite a discriminação racial como um aspecto relevante.